CORECON MG
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
GOVERNO DE MINAS GERAIS

Boletim nº 2 - novembro/2018

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES

Desigualdade, mobilidade e a meritocracia à brasileira: anatomia de uma falácia.

Introdução

No debate público sobre as desigualdades no Brasil, tem sido frequente uma posição que sustenta que a desigualdade não deveria ser vista como um problema. A pobreza, sim, seria um problema a ser enfrentado – e o seria pela via do crescimento econômico, que acabaria por beneficiar a todos. Combater a desigualdade seria inútil, injusto e até contraproducente.

Neste raciocínio, a desigualdade seria, de um lado, justa, pois significaria a recompensa que a sociedade confere a seus membros mais empreendedores, competentes e esforçados. Mas, mesmo que se considere a desigualdade indesejável, ela seria, nesta visão, no mínimo um mal necessário: se a sociedade é competitiva, recompensas desiguais seriam necessárias para dar aos indivíduos os incentivos necessários para buscarem se formar, para se dedicar ao trabalho, para inovar, ou na linguagem atual, para empreender e buscar seu diferencial, o que por fim, de novo, beneficiaria toda a sociedade. Ao contrário, se todos recebessem algo parecido, as pessoas não teriam motivação para se dedicar, para buscar formação, para investir ou para arriscar, levando à estagnação da sociedade e perda de produtividade e eficiência, o que geraria uma situação igualmente ruim para todos.

O raciocínio acima expressa um tipo difuso de ideologia que é, grosso modo, conhecido como meritocracia e encontra-se bastante em voga entre correntes de opinião autodenominadas liberais. É sobre a ideologia meritocrática, seus fundamentos, as condições para sua vigência e o que as evidências disponíveis nos dizem a respeito dessa, que vamos discutir neste boletim:

Mérito, desigualaddes e mobilidade

O apelo da ideologia meritocrática é perfeitamente compreensível, porque na sua origem está um fundamento bastante igualitário que acompanha o processo de modernização e industrialização da sociedade, em oposição à concepção aristocrática das sociedades tradicionais. Nestas sociedades, os membros da elite social não tinham a menor dúvida de que sua posição era um direito de nascença. Seu status, seus privilégios e sua riqueza eram nada mais que a expressão da superioridade social e moral a eles conferida "de berço" e que, ademais, teriam não apenas o direito, mas o dever de transmitir para seus herdeiros. A modernização e a democracia derrubaram a legitimidade deste tipo de justificativa para a desigualdade social, ainda que

infelizmente ela sobreviva mais ou menos oculta em mais pessoas do que gostaríamos, vindo à tona ocasionalmente.

As sociedades modernas, industriais, pós industriais e democráticas seriam então um tipo de sociedade em que as recompensas – renda, salário, prestígio, posição social – seriam distribuídos cada vez mais pelo desempenho e menos pelas características de origem – contexto familiar, sexo, gênero, raça, grupo étnico, local de nascimento etc. . Assim, em primeiro lugar, os indivíduos seriam cada vez mais recompensados pelo que demonstrariam ser capazes de realizar e não pela sua origem social. Segundo, se a desigualdade nas recompensas monetárias ou de outra natureza corresponderia, de um lado, à capacidade e empenho dos indivíduos, ela decorreria, de outro lado, da necessidade de atrair os indivíduos mais capazes, preparados e dedicados para aquelas funções mais importantes e exigentes para o funcionamento da sociedade. Segundo esta concepção, portanto, as desigualdades resultantes seriam não apenas justas, mas necessárias. Temos então um tipo de justificativa para as desigualdades que pode ser compatível com o princípio de que todos nascem iguais em direitos.

O apelo da ideologia meritocrática vem justamente do fato de que seus fundamentos parecem, à primeira vista, bastante razoáveis. Mas será que é assim? Vamos analisar com mais calma cada um destes supostos para avaliar em que medida eles se comprovam de fato.

BOX 1

A Sociedade Meritocrática. Condições e suposições para sua viabilidade

1. **O primeiro suposto é o de que as posições sociais se distribuem segundo o mérito e a qualificação, não segundo a filiação hereditária**
2. **O segundo suposto é o de que as qualificações que determinariam que posições sociais serão ocupadas por cada um seriam adquiridas, não herdadas.**
3. **O terceiro suposto é o de que a educação formal seria o meio principal de adquirir estas qualificações. As sociedades meritocráticas são sociedades escolares ou acadêmicas.**
4. **Finalmente, o quarto suposto é o de que para todo e qualquer indivíduo, a possibilidade de acesso à educação formal dependa apenas de suas preferências e capacidades. Nas sociedades meritocráticas, há igualdade de oportunidades em relação à Educação.**

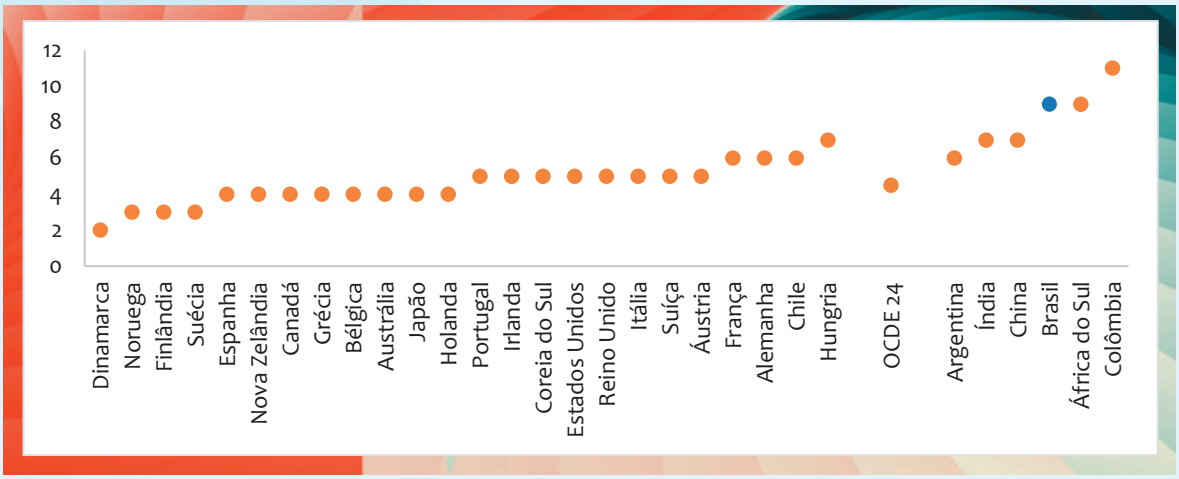
Mobilidade e Meritocracia

O primeiro suposto é o de que as posições sociais se distribuem segundo o mérito e a qualificação, não segundo a filiação hereditária. Isto implica a distinção entre desigualdade e mobilidade, ou entre igualdade de resultados e igualdade de oportunidades. A concepção meritocrática afirmará que não há grandes problemas – ou pelo menos grande injustiça – em uma sociedade que distribui desigualmente as recompensas sociais – salário, riqueza, posições na ocupação, prestígio etc. – na medida em que o acesso a estas posições e recompensas esteja aberto a todos e dependa essencialmente das

capacidades e do esforço de cada um: daí vem a noção de mérito ou merecimento.

Em termos específicos e precisos, a sociedade meritocrática seria necessariamente uma sociedade em que existe alta mobilidade social. O termo "mobilidade" indica o quanto uma sociedade, mais ou menos desigual, é "aberta" ou "porosa". Em outras palavras, que chances ela oferece para que as pessoas mudem de posição social. A mobilidade intergeracional refere-se à probabilidade de que uma pessoa venha a ocupar uma posição social diferente daquela de seus pais; se ocupa uma posição melhor, em termos materiais ou de prestígio, fala-se em mobilidade ascendente; se ocupa uma posição pior que a de seus pais, mobilidade descendente. Já a mobilidade intrageracional indica as chances de uma pessoa "subir ou descer na vida" , quer dizer, a probabilidade de que uma pessoa, ao fim de sua trajetória profissional, venha a ocupar uma posição (tipo de cargo, remuneração etc.) significativamente distinta daquele que ela ou ele mesmo ocupava no início de sua vida. De maneira muito simplificada, pode-se dizer que se saber a posição social dos seus pais (ocupação, salário, escolaridade) me permite prever com acerto qual será a sua posição social, esta sociedade tem baixa mobilidade intergeracional; se saber como você começou sua vida adulta (nos mesmos termos – ocupação, salário etc.) me permite prever com acerto em que posição você estará no fim de sua vida, esta sociedade tem baixa mobilidade intrageracional. Uma sociedade com baixa mobilidade, portanto, indica que as posições e recompensas mais valorizadas não estão abertas a todos os grupos sociais, não dependem apenas do empenho e da competência, mas resultam de condições herdadas ou da discriminação racial, de gênero, orientação sexual, étnica ou de outros tipos de preconceito, enfim, de sua origem social.

Gráfico 1 – Número esperado de gerações que levariam para um descendente de uma família situada entre os 10% de menor rendimento alcançasse a renda média de seu país



Nota: Essas estimativas são baseadas em simulações e pretendem ser ilustrativas. Elas não devem ser interpretadas como fornecedoras do tempo exato que uma pessoa vinda de família de baixa renda vai precisar para atingir a renda média. As estimativas são baseadas em ganhos continuados (elasticidades) de pais e filhos e o atual nível de renda familiar do decil mais pobre e a média, assumindo elasticidades constantes, seguindo Bowles e Gintis (2002). A baixa renda é definida aqui como o primeiro decil de renda, ou seja, os 10% mais pobres da população.

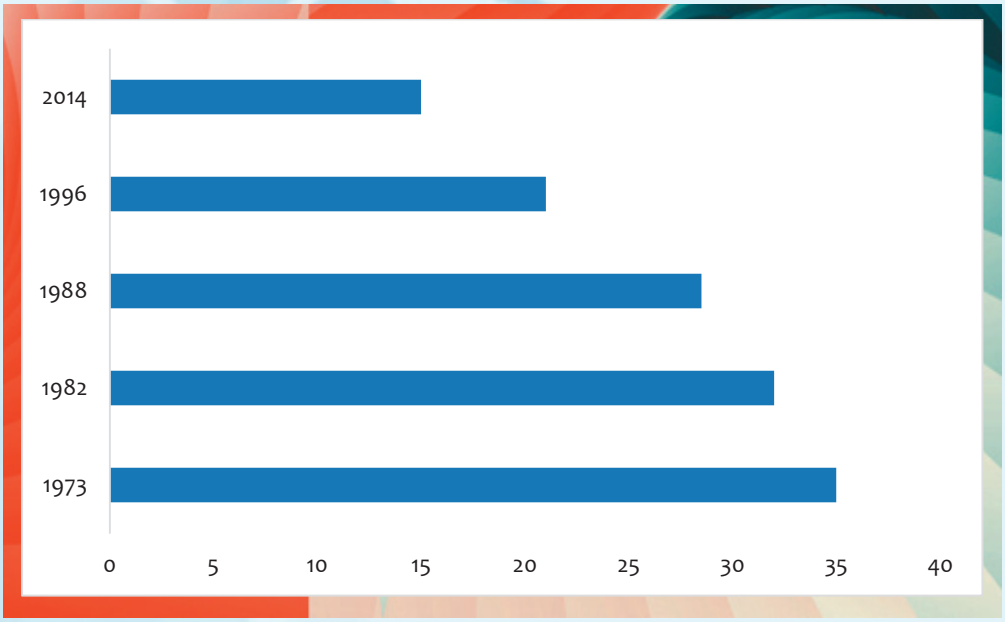
Fonte: "A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility" (OCDE, 2018); Banco de Dados OCDE.

Será que é isso mesmo o que ocorre? A OCDE (2018) publicou recentemente um estudo internacional sobre a mobilidade, incluindo o Brasil. O resultado aponta para sociedades (e o caso brasileiro é ainda pior) bem distantes da previsão meritocrática. Ao avaliar a mobilidade intergeracional da renda, o estudo aponta o que chama de um "elevador social quebrado". O gráfico 1 torna bem claro o ponto.

O gráfico estima quantas gerações demoraria em cada país para que os filhos de uma família situada entre os 10% de menor rendimento alcançassem a renda média de seu país. Quanto maior a mobilidade intergeracional, menos tempo seria necessário para que isto ocorresse. Como se vê no gráfico, há bastante variação entre os países, mas em média demorariam entre quatro e cinco gerações para que isto ocorra. Ou seja, na maioria dos países, em média, se alguém pertence aos 10% mais pobres, apenas seu tataraneto alcançará a renda média daquele país. O caso do Brasil é ainda muito mais grave, pois em nosso país seriam necessárias não cinco, mas nove gerações para que os filhos das famílias de baixa renda alcançassem a renda média da população. Isto quer dizer que, no caso brasileiro, cerca de 70% das diferenças de rendimento entre os pais de uma geração são transmitidos aos seus filhos. O estudo aponta também que os países estudados apresentam "pisos pegajosos" e também "tetos pegajosos": os que se encontram na porção mais baixa da distribuição têm mais dificuldade em ascender e, por outro lado, aqueles que se encontram no topo têm menor probabilidade de descenso. Na OCDE, cerca 31% dos filhos de pais que se encontram na **quarta** parte de menor rendimento da população permanecem ali e 17% chegam à **quarta** parte mais alta. A título de comparação não exata, no Brasil, 35% dos filhos de pais que se encontram na **quinta** parte de rendimento mais baixo permanecem ali e apenas 7% chegam à **quinta** parte mais alta. Por outro lado, 43% daqueles que nascem entre os de renda mais elevada se mantêm nesta faixa e somente 7% caem para a posição de rendas mais baixas. Como diz o estudo, um elevador quebrado.

Podemos também avaliar a mobilidade social do ponto de vista do acesso às ocupações mais prestigiadas pela sociedade, o que as ciências sociais chamam de status sócio-ocupacional. Todos conhecemos o justo orgulho do "filho de pedreiro que virou doutor" ou da "filha da empregada doméstica que virou médica". Quão frequente isto é? Quais as chances de que ocorra? Estas chances aumentaram ao longo do tempo? O pesquisador Carlos Antônio Costa Ribeiro avaliou isto para o caso brasileiro em 2017. As notícias aqui também são bastante ambivalentes, dependendo se analisamos a situação atual ou a trajetória ao longo das últimas décadas – a foto ou o filme da mobilidade. A foto está longe de ser bonita e mostra novamente o quão distantes estamos da suposição meritocrática. Em 2014, conforme mostra o gráfico 2, o filho de um profissional ou administrador de alto nível tinha uma chance 15 vezes maior de permanecer neste tipo de ocupação do que o filho de um trabalhador manual qualificado tinha de chegar a ocupar esta posição quando adulto. Ou seja, as oportunidades são muito desigualmente distribuídas e de forma alguma pode-se afirmar que haja justiça, ou apenas esforço e competência, na ocupação das diferentes posições sociais. No entanto, de outro lado, o Brasil já foi bem pior neste item: em 1973 a chance era 35 vezes maior. Portanto, a mobilidade social no Brasil aumentou bastante nas últimas décadas (em edições futuras do boletim vamos nos perguntar o que explica isto), mas não se justifica de forma alguma a ideia de que as as ocupações são preenchidas basicamente pelo mérito, capacidade ou esforço dos cidadãos.

Gráfico 2 – Quantas vezes maiores são as chances de o filho de um profissional de alto nível (classe I) permanecer nessa classe, em relação às chances de o filho de um trabalhador manual qualificado (classe VI) alcançar a classe I quando adulto – Brasil



Nota: grupos de classe: (I) profissionais e administradores de nível alto; (II) profissionais e administradores de nível baixo; (III) trabalhadores não manuais de rotina; (IVa) pequenos proprietários empregadores; (IVb) pequenos proprietários por conta própria; (V) técnicos e supervisores do trabalho manual; (VI) trabalhadores manuais qualificados; (VIIa) trabalhadores manuais não qualificados; e (VIIb + IVc) trabalhadores e pequenos produtores rurais.

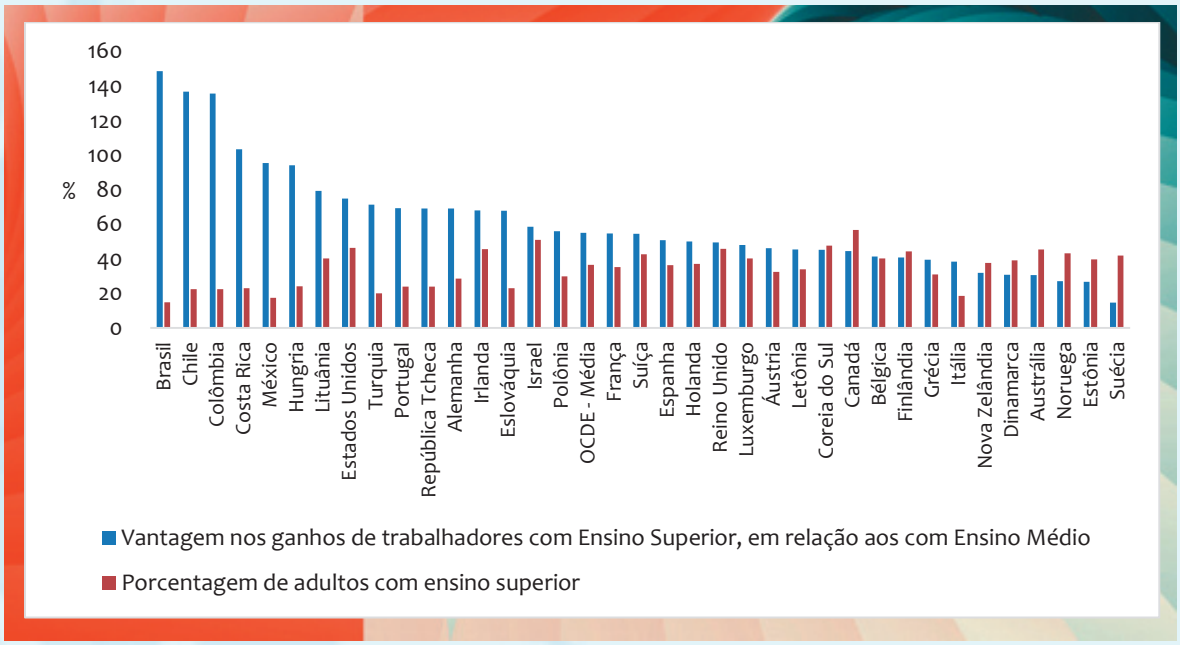
Fonte: "Tendências da Desigualdade de Oportunidades no Brasil: Mobilidade Social e Estratificação Educacional", Carlos Antonio Costa Ribeiro.

Escolaridade, Ocupação e Rendimentos

O segundo suposto é o de que as qualificações que determinariam que posições sociais serão ocupadas por cada um seriam adquiridas, não herdadas. E a educação formal seria o meio principal de adquirir estas qualificações. As sociedades meritocráticas são sociedades escolares ou acadêmicas. Neste ponto, há consenso em um ponto e bastante controvérsia sobre outras características. O consenso é o de que a escolarização formal é um importante determinante das recompensas sociais dos cidadãos, no mundo inteiro, inclusive, com muita força, no Brasil . O gráfico 3 leva a quatro conclusões importantes: a) em todos os países analisados, a conclusão do ensino superior está associada a rendimentos maiores, mostrando que a educação é mesmo um recurso importante; b) o quanto a mais recebe alguém com curso superior varia bastante de país para país, mostrando que vários outros fatores

também influenciam as recompensas monetárias que a educação proporciona; c) de maneira geral, os países que apresentam porcentagem menor de pessoas com curso superior são aqueles onde o acréscimo salarial decorrente da escolaridade é maior, mostrando que se a educação não é igualitária, ela pode ser um instrumento para perpetuar os privilégios de poucos e não para garantir os direitos e oportunidades de muitos; d) dentre todos os países analisados, o Brasil é aquele que apresenta a menor porcentagem de adultos com curso superior e, não por acidente, o maior prêmio por escolaridade: no Brasil, quem tem curso superior recebe em média 149% a mais do que quem tem apenas o ensino médio, mas somente cerca de 15% dos adultos completaram o ensino superior.

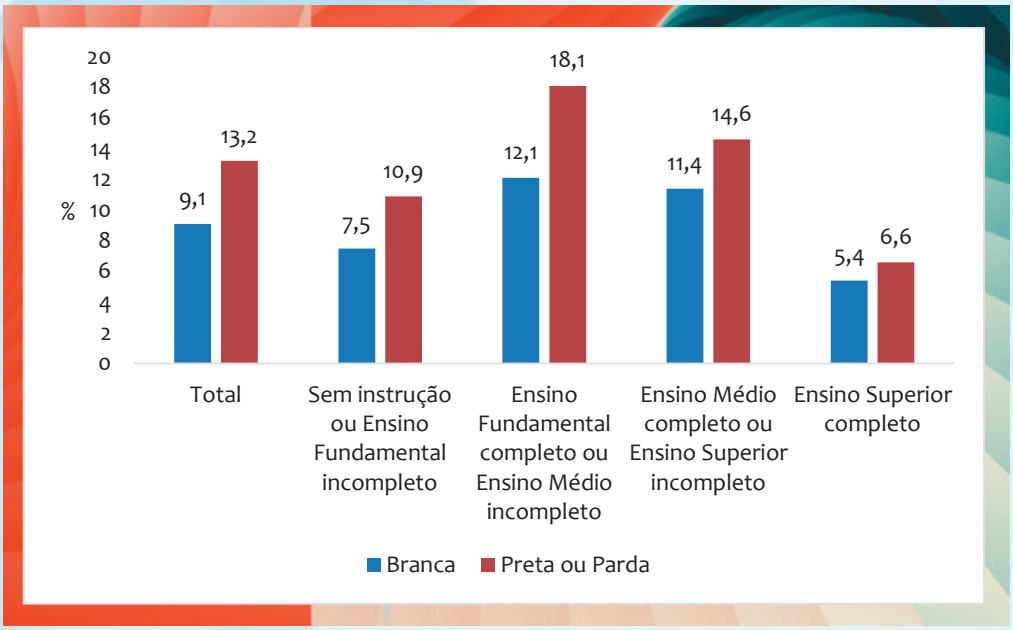
Gráfico 3 – Vantagem nos ganhos e parcela de adultos com Ensino Superior



Fonte: OCDE Stat, base de dados "Education at a Glance". Para cada país, foram utilizados os dados mais recentes disponibilizados pela OCDE, de 2014 a 2017.

No entanto, se escolaridade conta uma parte importante da história da estrutura social no Brasil, não conta a história toda. Por exemplo, a Síntese de Indicadores Sociais que o IBGE divulgou em 2017 mostra que, mesmo entre aqueles que atingem os níveis mais altos de escolaridade, as oportunidades não são iguais. Quando se observa o gráfico 4, que mostra a taxa de desocupação em 2016, pode-se perceber que, a) a taxa de desocupação é bem menor para aqueles que possuem formação superior, conforme prevê a concepção meritocrática; no entanto, b) seja qual for o nível de escolaridade que alcancem, os negros estão mais expostos aos riscos de desemprego e precariedade do mercado de trabalho do que os brancos. O mesmo poderia ser dito sobre a desigualdade entre homens e mulheres. Ou seja, o acesso às posições e recompensas sociais não respondem exclusivamente às qualificações demonstradas por cada um, mas há também um elemento de discriminação neste processo.

Gráfico 4 – Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo os níveis de instrução – Brasil – 2016



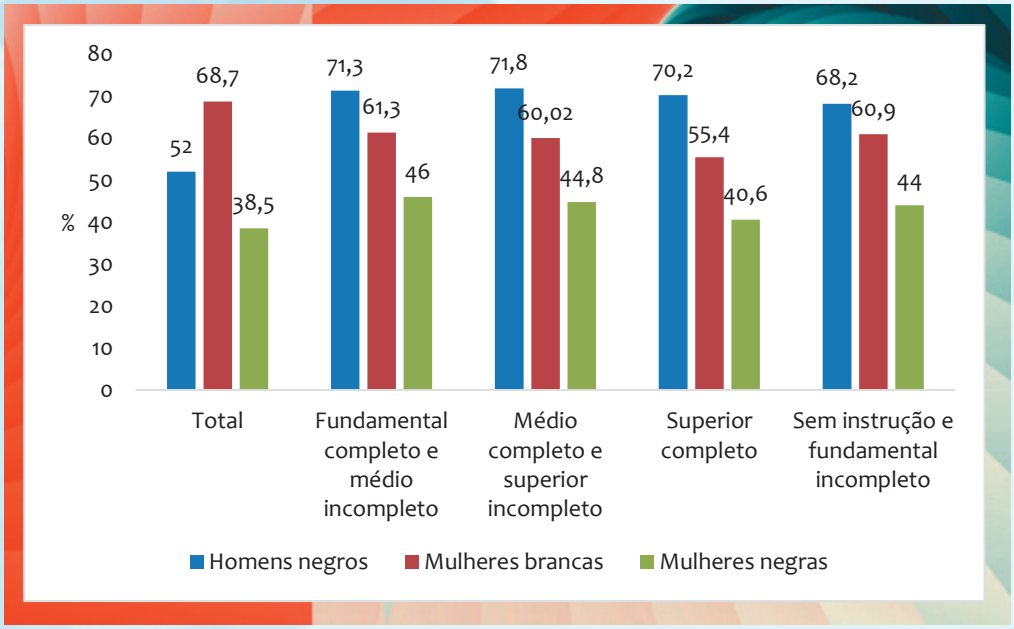
Fonte: Síntese de Indicadores Sociais 2017.

A mesma conclusão é obtida quando, além do acesso ao trabalho, observamos também a remuneração, por meio do gráfico 5, produzido em 2013 pelo IPEA como subsídio à reflexão por ocasião do Ano Internacional dos Afrodescendentes. Conforme apresentado no gráfico, para todos os grupos sociais, a uma maior escolaridade correspondem maiores rendimentos. No entanto, aqui também a escolarização formal não diz tudo. Como se vê, em qualquer grupo educacional, raça e gênero são vetores de desigualdade que se sobrepõem: os homens brancos têm os maiores rendimentos, seguidos pelas mulheres brancas, pelos homens negros e pelas mulheres negras, mostrando que tampouco o mercado de trabalho é "cego" em relação à raça e ao gênero.

Desigualdade educacional, oportunidades e mérito

Finalmente, para que o esquema meritocrático funcionasse (em seus próprios termos), um último pressuposto teria que ser verificado. Os supostos da meritocracia só se sustentam na medida em que, para todo indivíduo, a possibilidade de acesso à educação formal dependa apenas de suas preferências e capacidades. Nas sociedades meritocráticas, há igualdade de oportunidades em relação à Educação. A necessidade deste suposto é evidente, pois, se as posições e recompensas sociais (ocupação, prestígio, salário) são distribuídas segundo a escolaridade alcançada pelos indivíduos, mas a educação a que se tem acesso depende da origem social de cada um (condições socioeconômicas da família, gênero, raça, local de moradia etc.), a educação estará apenas mediando a relação entre a origem e o destino de cada um; entre as condições de nascimento e herdadas e a posição que ocupará, como se fosse uma correia de transmissão da desigualdade. O gráfico 6, da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE de 2016, ilustra este ponto , que aliás já é bem conhecido de todos.

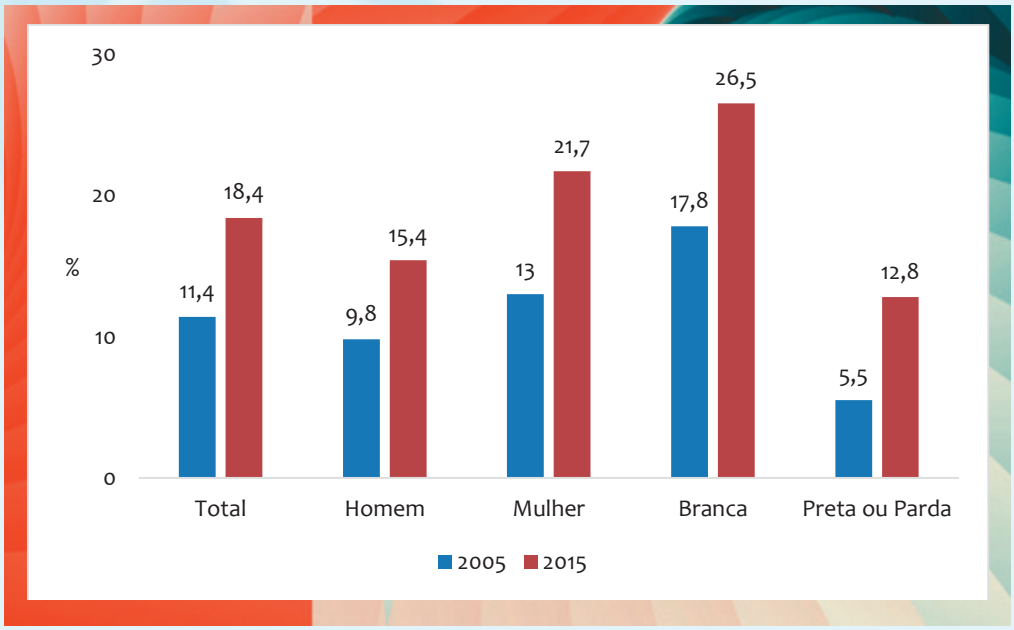
Gráfico 5 – Brasil: percentual de rendimento médio em todos os trabalhos dos trabalhadores de 16 anos ou mais de idade em relação ao trabalhador homem branco, por cor ou raça e sexo (2010)



Nota: A população com nível de instrução não determinado não foi considerada nos cálculos.

Fonte: IPEA - Igualdade Racial no Brasil, 2003.

Gráfico 6 – Taxa de frequência líquida no ensino superior de graduação da população de 18 a 24 anos de idade, segundo o sexo e a cor ou raça – Brasil – 2005/2015

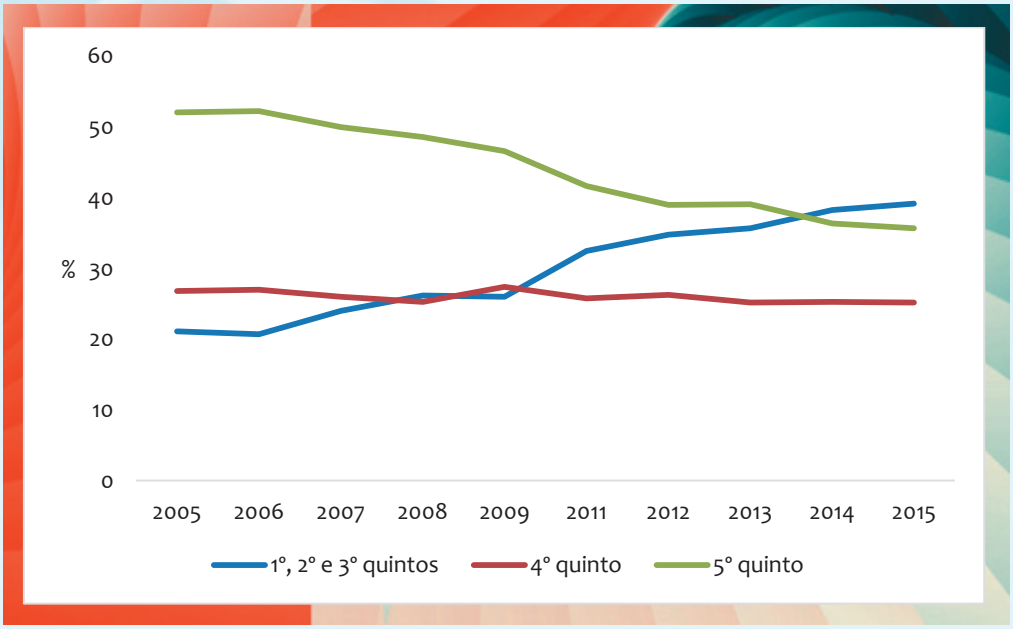


Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais 2016.

As diferentes faces e a trajetória das desigualdades educacionais serão objeto de um dos próximos boletins, mas a título de ilustração, pode-se desde já perceber, para o intervalo de 2005 a 2015, a mesma tendência que encontraremos em outros indicadores educacionais: de um lado, a) o acesso ao ensino superior no Brasil aumenta quase 62%, o que é muito expressivo; b) a desigualdade racial no acesso ao ensino superior se reduziu; c) o acesso ao ensino superior dos negros ainda é muito inferior ao dos brancos.

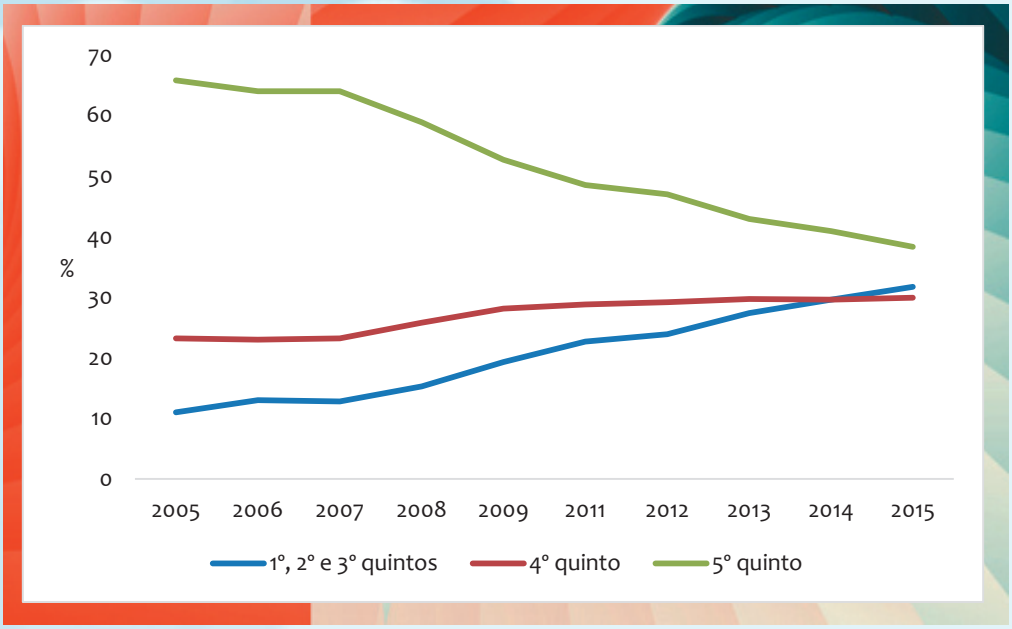
Podemos ver ainda outra expressão da mesma desigualdade de oportunidades educacionais, retirada da mesma fonte. Os gráficos 7.1 e 7.2 mostram que, no Brasil de 2005, os 20% mais ricos da população respondiam por 52% dos universitários de instituições públicas e por 65% dos universitários das instituições privadas. Os 60% mais pobres da população, por sua vez representavam apenas cerca de 21% dos estudantes de ensino superior de instituições públicas e 11% dos universitários das instituições privadas. Ou seja, neste caso, longe de ser um instrumento de democratização de oportunidades, o ensino superior acabava se prestando a um mecanismo pelo qual aqueles que já se encontravam em posições privilegiadas transmitiam estas vantagens a seus filhos. Quando, de outro lado, se observa o ano de 2015, verifica-se que houve avanços importantes e inéditos na década: os 60% mais pobres dobraram sua participação entre os estudantes de ensino superior público (passaram para 40% dos estudantes) e quase triplicaram a participação na rede privada (chegando a 31%). Aqui também há uma mensagem aparentemente ambivalente: se houve uma significativa redução da desigualdade de oportunidades educacionais, estamos ainda muito distantes de poder dizer que as oportunidades dependem basicamente do esforço e da capacidade dos indivíduos.

Gráfico 7.1 – Distribuição percentual de estudantes da rede pública no ensino superior, por quintos do rendimento mensal domiciliar per capita – Brasil – 2005/2015



Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais 2016.

Gráfico 7.2 – Distribuição percentual de estudantes da rede particular no ensino superior, por quintos do rendimento mensal domiciliar per capita – Brasil – 2005/2015



Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais 2016.

Neste ponto, na verdade, assenta-se em boa parte a mistificação da ideologia meritocrática em nossa sociedade: a visão que se passa é que cada um alcança uma posição – um posto de trabalho, determinado valor de salário – de acordo com as qualificações que alcançou, expressas principalmente pela educação; no entanto, como não são evidentes as desigualdades nas condições de acesso e aproveitamento das oportunidades educacionais, as realizações educacionais de cada pessoa são apresentadas e percebidas como resultantes do esforço e capacidade individual de fulano ou de beltrano, não como expressão (menos visível) das desigualdades sociais, familiares e econômicas de origem. As desigualdades são assim legitimadas: os que alcançam boas posições se julgam justos merecedores delas (daí o termo mérito), pois as enxergam como resultado de suas escolhas e de sua dedicação e os que não alcançam boas ocupações ou salários enxergam sua condição como azar ou fracasso individual, não como resultante dos mecanismos de reprodução da desigualdade. Temos assim uma sociedade de "ganhadores" e "perdedores", na qual o status quo – desigual e injusto – é sempre justificado.

Conclusão: mérito, desigualdade de oportunidades e desigualdade de resultados.

Um último ponto para a reflexão. Mostramos aqui que, como os principais pressupostos que a validade da ideologia meritocrática exige não se verificam nos fatos, ela acaba mais por cumprir um papel de justificar a injustiça e a desigualdade do que explicá-la; ou seja, funciona como um véu que nos impede de ver a

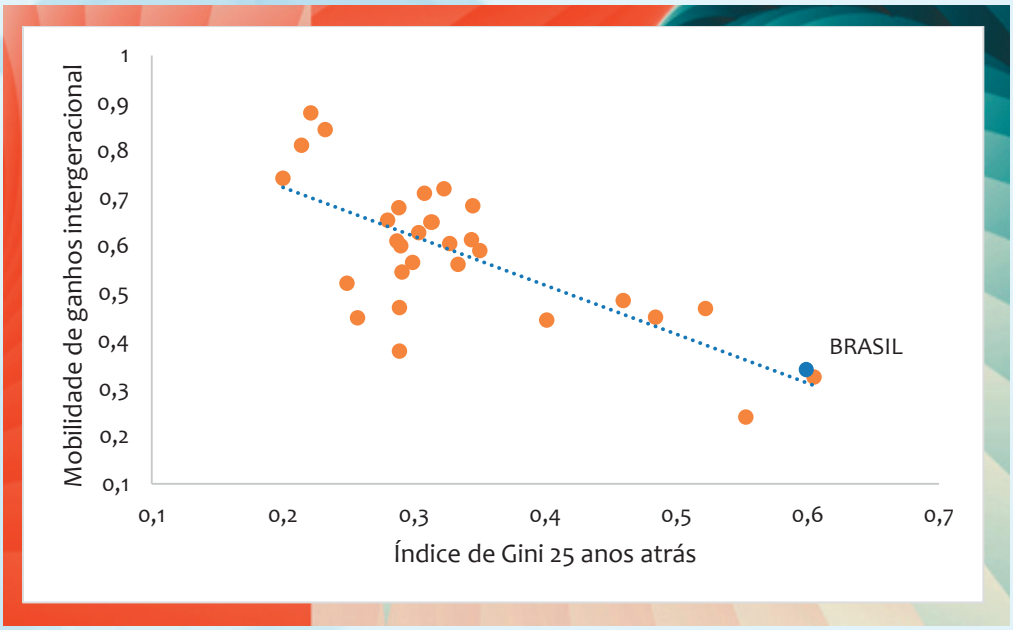
realidade com nitidez, o que nos obrigaria a tomar posição frente a ela. Mas e se as oportunidades fossem iguais? Qualquer desigualdade de resultados seria aceitável? É um debate perfeitamente legítimo, no plano dos valores e das idéias, discutirmos se, existindo igualdade de oportunidades, algum nível de desigualdade de resultados não seria necessário e até mesmo justo, a fim de proporcionar uma estrutura adequada de incentivos e recompensas para o empenho, dedicação, inovação e riscos dos cidadãos, dos quais se beneficiaria toda a sociedade. No plano das ideias, é uma afirmação defensável e poucos daqueles que ressaltam os efeitos desagregadores dos altos níveis de desigualdade defendem uma igualdade de resultados total, exceto talvez no plano mais profundo de uma distante utopia sobre uma sociedade totalmente assentada sobre a fraternidade, que pode nos aquecer o coração e nos motivar, mas que se sabe que não é viável no horizonte visível.

Quais e quanta desigualdade seriam aceitáveis, necessárias ou justas? Há uma ampla tradição na filosofia que se ocupa deste debate – os problemas e concepções de justiça distributiva – sendo John Rawls, Amartya Sen, Van Parijs entre vários outros são referência neste campo. Este é um debate importante, mas no nosso momento histórico real e no nosso país real, bem distante dos fatos. Porque, como se afirmou acima, não importa o que se pense sobre estes temas, a realidade é que a ideia de que a maior parte das desigualdades econômicas e ocupacionais sejam explicadas por diferenças de capacidade e esforço "pelo mérito" é francamente desmentida pelas evidências disponíveis.

Além disso, porque no emaranhado complexo do tecido social, desigualdade de oportunidades e desigualdade de resultados não existem de maneira tão independente que nos permitisse enfrentar uma sem nos preocuparmos com a outra. O gráfico 8, produzido para o estudo da OCDE, mostra que a mobilidade social atual depende de como era a desigualdade econômica há 25 anos. O fato é que as raízes da desigualdade de oportunidades atual encontram-se na desigualdade de resultados do passado. Em condições de forte desigualdade econômica e social, as oportunidades e os meios para alcançar melhores condições – educação, aparência, redes de contatos e relações, expectativas – também se concentram e são transmitidas para as próximas gerações.

Enfim, em países como os latino-americanos não há como promover a igualdade de oportunidades sem enfrentar a trágica desigualdade de resultados que nos assombra. Sem isto, é possível que, para os privilegiados, seja reconfortante pensar que seus privilégios não são privilégios, mas a justa recompensa por seu esforço e capacidade. Se de fato acreditam nisto, estão enganados. Se não acreditam, estão enganando a todos. O mais perigoso desta fantasia em uma sociedade tão profundamente desigual, porém, é que a contraparte necessária de alguém acreditar que realmente merece sua posição privilegiada, é difundir a ideia de que a imensa maioria de despossuídos é responsável ou merece as condições aviltantes em que vivem, em um país com tanta riqueza. Para alguns poucos a ideologia meritocrática pode até ser um conto de fadas; na verdade, porém, ela se assemelha mais a um conto do vigário.

Gráfico 8 – Índice de Gini passado versus mobilidade de ganhos intergeracional



Nota: A mobilidade dos ganhos é representada por 1 menos a elasticidade dos ganhos entre gerações dos pais com filhos.
Países: Irlanda, Estônia, Áustria, Australia, Bélgica, Islândia, Polônia, Dinamarca, Alemanha, França, Finlândia, Coreia do Sul, Luxemburgo, Canadá, Estados Unidos, México, Noruega, Reino Unido, Chile, Portugal, Japão, Suécia, Suiça, Eslováquia, Eslovênia, Turquia, Espanha, Grécia, Nova Zelândia, Itália.
Fonte: OCDE (2018) - "A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility".

Referências Bibliográficas

IBGE: "A Síntese dos Indicadores Sociais 2016 - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira". Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em: 2018.
IBGE: "A Síntese dos Indicadores Sociais 2017 - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira". Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em: 2018.

OECD (2018), *A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility*, OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/9789264301085-en.

OECD (2018), *Education at a Glance 2018: OECD Indicators*, OECD Publishing, Paris, https://doi.org/10.1787/eag-2018-en.

RIBEIRO, C. A. C. Tendências da desigualdade de oportunidades no Brasil: mobilidade social e estratificação educacional. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7807/1/bmt_62_tend%C3%AAncias.pdf>. Acesso em: 2018.

SILVA, Tatiana Dias. Panorama Social da População Negra. In: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (Org.). Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes. Brasília: Ipea, 2013. p. 13 – 28. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_igualdade_racialbrasil01.pdf>. Acesso em: 2018.

Nota: as opiniões expressadas neste boletim não correspondem, necessariamente, à posição da Fundação João Pinheiro e do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais.

Expediente
Observatório das Desigualdades
Parceria entre a Fundação João Pinheiro e o Conselho Regional de Economia - MG

Fundação João Pinheiro
Presidente: Roberto Nascimento
Escola de Governo
Diretora: Maria Isabel Araújo Rodrigues
Diretora Adjunta: Laura da Veiga

Corecon - MG
Presidente: Paulo Roberto Paixão Bretas
Vice-Presidente: Adriano Miglio
Gerente Executivo: Marco Aurélio Loureiro

Equipe do Observatório das Desigualdades
Coordenação: Bruno Lazzarotti Diniz Costa e Mauro César Silveira
Pesquisadores Assistentes: Letícia Amédée Péret de Resende e Guilherme Felliphe Pereira Reis

Arte e diagramação: Débora Drumond e Heitor Vasconcelos